

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2016.

Comunicação: 136/2016

MEDIDA CAUTELAR INOMINADA N. 191/2016

Despacho

Ementa

Medida Cautelar Inominada. Suposto erro do árbitro na confecção da súmula da partida, ao consignar que o atleta expulso não era o realmente aliado da partida. Pedido de condição de jogo, que se indefere, por falta de amparo legal.

Relatório

Cuida-se de Medida Cautelar Inominada, requerida pelo CLUBE DE REGATAS FLAMENGO, apontando irregularidade praticada pelo árbitro Sr. Luciano Alves da Silva, no preenchimento da Súmula da partida realizada em 30/4/2016, entre o Clube requerente e a equipe do Boa Vista Sport Club, válida pela 5ª rodada do Campeonato Estadual, série “A”, na categoria Sub-15.

Segundo narra a vestibular, constou da Súmula que, durante o transcorrer da partida, mais especificamente aos 42 minutos, “foi expulso o jogador n. 3 (três) da equipe Flamengo por dar uma entrada firme, parando o jogo, quando o jogador do Boa Vista de n. 11 o senhor Victor saía em contra ataque, nas mediações do meio campo, o jogador não precisou de atendimento.”

Acontece que, ainda como diz a exordial, o atleta n. 3, do CR Flamengo, Sr. Teodoro Rodrigues Barbosa Raspini da Fonseca jamais foi expulso, pois quem foi excluído, na verdade, foi o atleta n. 08, Sr. João Victor Gomes da Silva, sendo certo, ainda, qual tal expulsão não ocorreu aos 42 minutos.

Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol do Estado do Rio de Janeiro

Rua do Acre, 47/2º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.180-000

Tels.: (21) 2253-0808 / (21) 2253-1577

Assim, invocando os preceitos do artigo 119, do CBJD, deseja a anulação da Súmula em questão, por imprestabilidade. Em sede de liminar, pede que o atleta Teodoro seja autorizado a participar da próxima partida, marcada para amanhã, deixando de cumprir a suspensão automática, pois “não se pode admitir que um atleta que não foi expulso seja penalizado”.

Resumidamente relatado, decido:

Apesar da relevância dos argumentos explicitados pelo Requerente – que, em sendo verdadeiros são graves -, não vislumbro a possibilidade de atender ao seu pleito, através das vias estreitas que regem a matéria.

Com efeito, o que deseja o Requerente, na prática, é que pela via contenciosa, se dê condição de jogo ao atleta Teodoro Rodrigues, citado na Súmula como expulso aos 42 minutos de jogo.

Ora, a Súmula da partida guarda presunção de verdade, que só pode ser desconstituída através de prova cabal e definitiva.

No caso presente, o Requete junta prova de vídeo que, por ser unilateral, não tem o condão de desmentir a Súmula elaborada pelo árbitro da partida.

A verdade é que o atleta, em virtude de ter constado como expulso está obrigado a cumprir suspensão automática, conforme consta dos Regulamentos a serem observados no curso da competição, não cabendo, ao TJD, declarar condição de jogo, como quer o C.R. Flamengo. Até prova em contrário, vale o que consta da súmula.

Diante de todo o exposto, INDEFIRO o pedido de LIMINAR, requerido pelo CLUBE DE REGATAS FLAMENGO, no bojo da presente MEDIDA CAUTELAR INOMINADA.

Designo como Relator o Auditor: Dr. José Jayme Santoro.

Publique-se e intimem-se.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2016.

José Teixeira Fernandes

Presidente TJD/RJ

Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol do Estado do Rio de Janeiro

Rua do Acre, 47/2º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.180-000

Tels.: (21) 2253-0808 / (21) 2253-1577